

## Tecidos sustentáveis: Viabilidade de Registros de Patentes no Brasil no Contexto do Fashion Law

Pesquisadora: Cíntia Bell de Oliveira

Orientadora: Kelly Lissandra Bruch

### Introdução

Partindo da temática da indústria da moda e de sua extrema relevância no cenário mundial, a pesquisa trata, com fundamento em princípios de direito preconizados pelo Fashion Law e pela Propriedade Intelectual, da fabricação e comercialização de tecidos sustentáveis, os quais cada vez mais ganham espaço no mercado internacional.

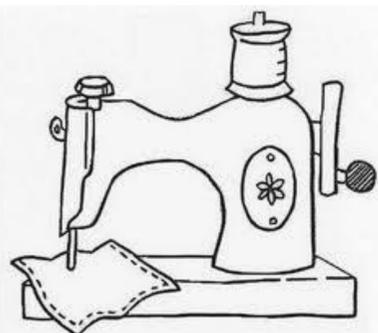
### Metodologia

Pesquisa bibliográfica e legal; análise dos dados disponíveis no Banco de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI e avaliação do cenário econômico e industrial nacional

### Hipóteses

A ausência de concessão de patentes (patentes de invenção, modelos de utilidade ou certificados de adição de invenção) relacionadas à criação/produção de tecidos sustentáveis no Brasil tem causa:

- 1) em falha/mau funcionamento da legislação brasileira e/ou do próprio Instituto Nacional da Propriedade Industrial;
- 2) no próprio mercado nacional, o qual, por motivos internos, não recepcionou o produto de maneira adequada.



### Desenvolvimento e Conclusão

- O incentivo ao desenvolvimento e à comercialização de tecidos sustentáveis é uma tendência global, haja vista a crescente preocupação com as questões ambientais atualmente enfrentadas em todo o mundo.
- O estímulo à produção se dá, dentre outros meios, pela concessão de proteção legal adequada para estas inovações, de forma a garantir exclusividade sobre a criação e o devido retorno financeiro a seu criador.
- No Brasil, a proteção ora estudada é concedida em forma de registros de patentes. É necessário, portanto, que haja uma preocupação por parte do poder público e dos próprios empresários de incentivar a produção e a comercialização do produto no país.
- O presente estudo aponta que não há qualquer concessão de patente relacionada ao ramo no país, em que pese a tendência internacional de valorização dos tecidos sustentáveis, bem como seu apelo ecológico e sua capacidade de fomentar a indústria nacional.
- Assim, as conclusões do trabalho se encaminham no sentido de demonstrar que, seja por falhas na legislação brasileira ou no próprio órgão regulador, seja por características do próprio mercado nacional, a viabilidade de registro do produto no país resta prejudicada, o que importa em um impacto negativo para a indústria.

### Principais Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Denis Borges. Tratado da Propriedade Intelectual. Tomo II. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2007.
- BARROS, Carla Eugenia Caldas. Manual de Direito da Propriedade Intelectual. Aracaju: Evocati, 2009.
- FURI-PERRY, Ursula. The Little Book of Fashion Law. Chicago: American Bar Association, 2013.
- HERZECA, Lois F.; HOGAN, Howard S. Fashion Law and Business: Brands & Retailers. New York: Practising Law Institute, 2013.
- JIMENEZ, Guillermo C.; KOLSUN, Barbara. Fashion Law: A Guide for Designers, Fashion Executives & Attorneys. 2ª Ed. New York: Fairchild Books, 2014.
- Consulta à Base de Dados do INPI – Patentes. Disponível em <<https://gru.inpi.gov.br/pePI/jsp/patentes/PatenteSearchBasico.jsp>>, acessado em 14 de julho de 2016 às 14:45.